

A transição da Mão-de-obra no Sul de Minas: cultura política na imprensa local (1879-1888)¹

Aluno do Programa de Mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.
fabiofacastilho@bol.com.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o discurso da elite regional do Sul de Minas - região pouco estudada embora seja uma das mais dinâmicas do estado - nos periódicos locais acerca da transição da mão-de-obra entre 1879 e 1888. Ou seja, abordaremos o papel da imprensa regional e seu posicionamento político diante das diferentes opções aventadas para se organizar o mundo do trabalho. Nesta contenda, pesavam na decisão dos proprietários e políticos as opções pelo trabalhador imigrante, porém muito oneroso ou o aproveitamento da mão-de-obra recém liberta, no entanto estigmatizada como indolente e morosa. Acreditamos que o estudo de tão importante tema nos revelará muito da cultura política regional, reflexo dos temas discutidos nacionalmente. Através desta análise confiamos ser possível identificar os atores e seus discursos para melhor entender como se deu a modernização do mercado de trabalho no interior do país e a sua inserção no capitalismo mundial.

Palavras-chave: Abolição, imigração, cultura política

Abstract

The present work has for objective to problematize the speech of the regional elite of the South of Mines, area little studied although it is one of the more dynamics of the state, in the local newspapers concerning the transition of the labor between 1870 and 1918. In other words, we will approach the paper of the regional press and your political positioning due to the different options fanned to be organized the world of the work. In this contention they weighed in the proprietors' decision and political the options for the worker immigrant, however very onerous or the use of the labor newly frees, however stigmatized as indolent and slow. We believed that the study of such important theme we will reveal a lot of the regional political culture, reflex of the themes discussed nationally. Through this analysis we entrusted to be possible to identify the actors and your speeches for best to understand as he/she felt the modernization of the job market inside the country and your insert in the world capitalism.

Keywords: Abolition, immigration, political culture

Enviado em 29 de junho de 2008 e aprovado em 04 de novembro de 2008.

1. O presente trabalho conta com bolsa de incentivo do Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM/USIMINAS.

Introdução

No início da década de 1870 o Sul de Minas contava com uma população de 352.001 pessoas, sendo 72.223 cativas, conferindo à região o segundo maior plantel escravista proporcional da província mineira (LIBBY, 1988). Tamanha concentração de escravos tornaria a transição da mão-de-obra na região um tema dos mais relevantes. Os discursos sobre como deveria se dar esse processo e o destino desses trabalhadores será o principal mote deste artigo.

Consideramos desnecessária a reprodução da extensa bibliografia produzida ao longo das décadas de 1980 e 1990 acerca do debate historiográfico da escravidão por não ser este o mote deste trabalho. Tal bibliografia enfatizou a subjetividade da mão-de-obra escrava, estes trabalhos se preocuparam em desmistificar a imagem do *escravo-coisa*, visto como simples mercadoria e teve como resultado a construção de uma nova perspectiva das relações entre senhor e escravo, num contexto de negociações no qual o cativo também aparece na condição de sujeito histórico e possuidor de espaços de autonomia². Nosso escopo é analisar, tão somente, o discurso da elite sobre a transição da mão-de-obra e sendo assim, as representações do cativo nos periódicos são ressaltadas conforme a opinião dos editores do século XIX. Trata-se de uma opção metodológica, de voltar-se, primordialmente, para as fontes primárias dando voz aos protagonistas do acontecimento histórico analisado.

Falar em escravidão é falar por si só em um regime violento. Sem o direito a liberdade o escravo está sujeito aos mandos de seus senhores, embora de algumas maneiras conseguisse fazer sentir seu inconformismo perante tal situação. Exemplos mais claros de descontentamento eram as fugas e a violência contra senhores e seus familiares, no entanto outros atos dos cativos também podiam demonstrar sua insatisfação.

Como tal insatisfação era percebida pela elite?³ Como se dividiram as posições diante do tema no Sul de Minas? Entre escravocratas, emancipacionistas, imigrantistas e abolicionista, diferentes soluções foram aventadas para a crise da mão-de-obra. Tais sugestões variavam do medo da emersão de uma “onda negra” ao reconhecimento da necessidade de eliminação de um regime desumano, ambas com o respaldo de discursos racistas.

Em nossa principal fonte, os periódicos do Sul de Minas, os escravos apenas aparecem como sujeitos de seus atos de duas maneiras: quando fogem e são procurados por seus senhores ou quando praticam crimes⁴.

2. Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001. FERNANDES, F. *A Integração do Negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981. MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 3º Ed, 1990. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo. Ática, 1991. LARA, Sílvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. BRÜGGER, Sílvia M. Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX). Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras. 2003.

3. Entendida como minoria organizada que dirige o restante da sociedade, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo. Esta minoria – a “classe política” ou “elite governante” – é composta dos que ocupam os cargos de comando político e, mais vagamente, dos que podem influir diretamente nas decisões políticas, ou seja, é composta por todos aqueles que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo. Por último, os membros da elite possuem algum atributo específico que os diferencia da comunidade e os habilita a monopolizarem as instituições de poder, esse fator de destaque pode ser a posse de terras ou títulos bacharelescos, por exemplo. Ver: BOBBIO, Norberto et Alii. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986. Ou ainda: BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.1974.

4. No mais das vezes os escravos não aparecem como atores, mas apenas como objeto de estudo no discurso da elite, que buscava soluções para a crise da mão-de-obra, sem jamais se preocupar com a posição ou o papel dos cativos nesta questão.

Na primeira opção percebemos o quão agressivo era o regime, pois quando procurado o escravo foragido seria reconhecido graças às suas cicatrizes decorrentes de violências sofridas ao longo dos anos:

[...] o escravo tem os sinais seguintes: Estatura regular, nariz fundo, corpo regular, pouca barba no queixo, falta de dentes na frente, tem sinal de uma brecha na cabeça, tem as duas pontas das orelhas viradas para fora ou murchas, muitas cicatrizes velhas nas costas, sinal de ferro no pescoço, esperto no andar, cara desencarnada, os ossos da cara muito salientes, tem idade de quarenta e tantos anos, crioulo de cor preta. (O BAEPENDIANO, 02 de janeiro de 1879, p.4).

A descrição acima, de um trabalhador cativo aos quarenta anos, demonstra como era rude o regime. As marcas (sinal de brecha na cabeça, cicatrizes velhas nas costas e sinal de ferro no pescoço) adquiridas ao longo da vida sugerem o motivo da fuga do escravo, no entanto sua identidade era mantida, ainda “esperto no andar” este sujeito histórico fugiu da fazenda onde vivia em busca de uma vida melhor.

A segunda maneira por meio da qual o escravo aparecia nos jornais do Sul de Minas era mais incômoda para a elite, pois neste caso a mesma esta era francamente ameaçada e seus membros eram as vítimas da “bestialidade” e da “brutalidade” dos negros “selvagens”.

De grande repercussão no Sul de Minas, foi um caso ocorrido no interior de São Paulo, em Itu, quando o escravo Nazário assassinou seu senhor, suas filhas, uma empregada e outra escrava. O fato culminou na morte do escravo por apedrejamento pela população da cidade mesmo depois do mesmo já ter se entregado a polícia⁵ (Ver: AZEVEDO,2004). O evento foi repetidamente discutido no periódico liberal “O Baependiano” e seu editor, Amaro Carlos Nogueira, passou a exigir leis mais duras para coibir crimes semelhantes:

Foram assassinados em Itu, na madrugada de ontem, 08 do corrente, o médico ali residente, Dr. João Dias Ferraz da Luz e toda sua família, composta de duas filhas moças, uma escrava e uma mulher idosa de nome Faustina. Escapando só uma netinha de 4 a 5 anos.

Deu-se o fato na casa em que reside a família, no centro da cidade, rua do Comércio, esquina do Pastor do Bom Jesus. Acudiram na vizinhança e viram o seguinte: no quintal estava com a cabeça partida o Dr. Ferraz, no quarto das moças foi uma delas encontrada deitada sem vida e a outra morta aos pés da cama. Uma negra, escrava da casa agonizava ainda numa sala junto do cadáver da mulher Faustina. Só escapou desta hecatombe a netinha de que já falamos.

O assassino, escravo comprado a pouco tempo nesta capital apresentou-se a polícia.

[...]

Foram todos mortos a machado. O caráter bondoso e dulgente [sic] do Dr. João Dias era fato notório.

Da repartição da polícia recebemos sobre o caso as seguintes informações:

O autor de tão horrível crime foi um seu escravo de nome Nazário, que a golpes de machado praticou aquelas mortes. O assassino foi logo preso pelo respectivo delegado de polícia. Tal acontecimento causou a maior indignação e horror na população de Itu e estes sentimentos ainda mais cresceram quando no dia 10 entrou pela cidade outro escravo de um engenho de Indaiatuba que vinha entregar-se a justiça depois de ter assassinado o feitor.

5. No contexto do tráfico interno, quando escravos trazidos do Nordeste, principalmente da província da Bahia, se avolumavam nas lavouras do sul do país, os mesmos passaram a ser apontados como maiores responsáveis pelo aumento de crimes e revoltas. Era comum a prática de crimes e a apresentação a polícia imediata, demonstrando que preferiam a cadeia a servir como escravos. No trecho apresentado temos a narração de um caso semelhante, que além de comprovar esta idéia também demonstra à população que a prática se repetia e se alastrava, provocando medo e exigindo rápida solução.

No auge da indignação mais de 200 pessoas dirigiram-se de noite a cadeia para arrancar dali o assassino do Dr. João Dias. Os guardas resistiram e na luta que se travou foi morto um guarda e feridas algumas pessoas do povo. Como era natural isso incitou mais os ânimos. No dia seguinte, pelas duas horas da tarde, mais de mil pessoas, dentre as quais, homens, mulheres e crianças, fizeram igual tentativa com melhor êxito.

O escravo, arrancado da prisão, foi apedrejado até expirar, o cadáver foi depois arrastado pelas ruas até a porta da casa do Dr. João Dias, onde ergueram-se [sic] vivas a justiça do povo. O cadáver foi depois depositado na porta da cadeia, retirando-se o povo pacificamente. (O BAEPENDIANO, 23 de fevereiro de 1879, p.2).

O crime cometido violentamente, por um escravo recém adquirido, a machadadas em um meio urbano, contra a conhecida “docilidade” do senhor, que não dera motivos para o crime e, principalmente, a forma como a narração foi construída pelo periódico, diz muito da crise da transição da mão-de-obra. A descrição minuciosa do assassinato tem por objetivo amedrontar a população e chamar a atenção da mesma para a situação crítica em que se encontrava o regime escravista, conjuntura que exigia uma solução imediata. Diante desta constatação diferentes posições surgiram. Uns defendiam o fim do escravismo, regime bárbaro que condenava o escravo a uma vida desregrada e que o levava a se revoltar e cometer tais crimes. Outra posição defendia maior rigidez das leis para combater esses assassinos. Cada grupo, com suas diferentes soluções, compuseram o debate que se formou em torno da transição da mão-de-obra.

Ao longo deste artigo apresentaremos duas das correntes mais fortes no Sul de Minas, a emancipacionista, defendida por liberais e conservadores proprietários de terras e escravos. E a visão dos abolicionistas republicanos, que eram contrários ao regime servil e se valeram tanto de argumentos humanitários como de idéias racistas para justificar o fim do regime. A proposta imigrantista invariavelmente aparece em ambos os lados, ora como salvação diante da vadiagem dos libertos, ora como risco para a unidade nacional e, principalmente, medida por demais onerosa aos cofres públicos.

A recuperação do braço nacional se deu ao longo do processo de transição do trabalho servil para o livre, desmoralizado e considerado moroso e rebelde por algum tempo, logo o trabalhador nacional ressurgiria e assumiria os postos abertos com a expansão da cafeicultura e nos demais mercados produtores. Todo este processo foi pensado e discutido pela elite e a seguir apresentamos duas das versões mais presentes na região do Sul de Minas, a opção liberal emancipacionista e a republicana abolicionista.

O Baependiano: Os liberais e o emancipacionismo

O periódico *O Baependiano* circulou pela região do Sul de Minas de 15 de julho de 1877 a 17 de novembro de 1889. Nos seus oito primeiros anos a sede do jornal esteve localizada na cidade de Baependi, mas em 31 de abril de 1884 mudou seu escritório para Caxambu. Embora em seu edital afirmasse não “desposar a causa de nenhum partido” seu proprietário e editor, Amaro Carlos Nogueira, era membro do partido Liberal e fora eleito deputado provincial mais de uma vez pelo partido, juntamente com outros colaboradores da folha. Amaro Carlos Nogueira⁶ era proprietário de terras e escravos, além de possuir uma escola e, por vezes, afirmou em seu jornal fazer parte da “nobre classe” – os proprietários e lavradores.

6. O inventário do pai de Amaro Nogueira, Tenente José Carlos Nogueira, tendo como inventariante sua esposa, Antonia Leopoldina Nogueira, no ano de 1859 está disponível para consulta no Museu Regional de São João del Rei. Na data do inventário Amaro Nogueira, o filho mais velho dos oito do casal, estava com 21 anos e se encontrava em São Paulo, provavelmente estudando. O inventário traz as posses do pai de Amaro, somando 114:080\$000, constando três fazendas, benfeitorias, terras, algumas casas e moradas, mas não consta o número ou valor dos escravos. O cruzamento destas informações e de outras famílias da elite do Sul de Minas vai além de nossos objetivos neste trabalho, que privilegia apenas os periódicos locais. Mas pretendemos desdobrá-la com aproveitamento de outras fontes, como os inventários, em pesquisas futuras.

Quando na Assembléia Legislativa, Amaro Nogueira defendeu projetos de promoção da imigração estrangeira. O principal deles foi a formulação da Lei nº 2.819, de 24 de outubro de 1881, que concedia favores pecuniários aos proprietários de fazendas que importassem trabalhadores para suas fazendas. Amaro seria citado por seus correligionários ao longo de toda década de 1880 por suas intercessões a favor da imigração, seu nome fora lembrado inclusive na promulgação da Lei de 1887, principal regra de fomento da imigração em Minas, tida pelos imigrantistas como grande vitória. Tanto o reconhecimento pessoal a Amaro Nogueira, como a causa da imigração são temas constantes na folha de *Baependi*.

O *Baependiano* se proclamava uma folha “Científica, Literária e Noticiosa”, além de acreditar ser responsável não apenas pela informação, mas pela condução da opinião pública tendo por missão “doutrinar o povo sobre o que lhe importa saber” e vangloriava-se por ser “um dos principais diretores de opinião na parte mais adiantada do Império” (O BAEPENDIANO, 05/07/1880 p.1.). Ou seja, o periódico conferia a si próprio o papel de guiar as idéias da população do Sul de Minas, mas mais importante, se considerava o porta voz de um grupo bem definido, a elite fazendeira e lavradora da região. Por último também erguia a bandeira do interior, sempre em oposição aos jornais (em sua maioria abolicionista) da Corte e dos grandes centros populosos.

Os artigos aqui analisados serão aqueles que de alguma forma discutam a transição da mão-de-obra no Sul de Minas, evidenciando a posição do grupo liberal emancipacionista. Portanto serão assinaladas questões referentes ao regime escravocrata, aproveitamento dos nacionais, introdução de imigrantes, abolição e indenização aos proprietários. Todas estas questões o *Baependiano* abordou e discutiu ao longo dos seus treze anos de existência, permitindo um acompanhamento claro da posição deste grupo quanto à passagem para o trabalho livre na região.

O trabalho sempre foi enaltecido por esta folha, no seu primeiro ano de circulação já comentava:

O campo é vasto e a ceara abundante [...] a obra requer o braço livre; agucemos a foice, que a ceara é fértil; e, entretanto cantemos, que o canto alegra a alma e dá tom ao corpo, cantemos um hino ao trabalho. [...]
Oh, quanto é doce o trabalho, quando tão doce vemos sua recompensa! Avante! Mãos a obra! Trabalhem, que assim conservaremos este risonho de felicidade! (O BAEPENDIANO, 15 de julho de 1877. p. 1).

Desejando que o trabalho fosse feito por um braço livre, neste artigo não é mencionado se o mesmo seria nacional ou estrangeiro, posição que o periódico só revelaria dois anos mais tarde⁷. Mas o trecho acima em muito se diferencia do discurso ao qual estamos acostumados a relacionar com o cotidiano do século XIX. Isto é, de uma sociedade hierarquizada que diminuía o trabalhador e considerava o ato de trabalhar algo pouco brioso, eram obrigados a trabalhar somente os escravos e aqueles que não tinham meios de se manter de outra forma. Aqui o *Baependiano* já se posiciona ao descrever o trabalho como ato que engrandece e traz recompensas para quem o pratica, evidenciando as transformações que estavam acontecendo em toda sociedade brasileira no momento de transição para o capitalismo. Nas folhas do *Baependiano* o trabalho era apresentado como grande responsável pelas melhorias que chegavam à região e como principal elemento causador da modernização que o Sul de Minas vinha conhecendo:

Passareis em ruas perfeitamente calçadas onde a lama não salpicará vosso vestido nem a umidade prejudicará vossa saúde. Se preferirdes, com alguns vinténs podereis viajar comodamente ao abrigo do sol e da chuva em carros que serenamente deslizam sobre trilhos de ferro, e surpreendido ficareis, quando, depois do sol raso vires a sua luz suceder mil lâmpadas alimentadas por um gás que mil tubos ocultos conduzem a toda parte e vistosas casas que parecem provocar o tempo de ode as artes acoria é acumulado seus tesouros. Encontrareis não só o necessário para o supérfluo a vida, pois tendo satisfeito as necessidades do homem, querer exercer a si próprios

produzem mil objetos para o seu recreio. Esse é o fruto do trabalho. (O BAEPENDIANO, 15 de julho de 1877. p. 1).

No período em análise este periódico irá enfrentar duas grandes “batalhas” no campo do trabalho. A primeira se arrastará por toda década de 1880, em defesa de um brando emancipacionismo contra a campanha abolicionista. No entanto, vencido em 1888 inicia-se nova contenda, desta vez exigindo do governo o pagamento de indenização aos proprietários atingidos pela Lei Áurea, conhecendo nova derrota.

Resistência à campanha abolicionista

Os liberais do *Baependiano* defendiam uma emancipação gradual da escravatura, uma solução suave que se encaminharia naturalmente, sem qualquer urgência. Este grupo era extremamente contrário à campanha abolicionista e conforme o movimento aumentava durante a década de 1880, também majoravam as críticas e o combate ao abolicionismo em suas folhas.

Para o *Baependiano* em 1880 o movimento abolicionista não passava de “assomos quixotescos” e ridicularizava os jornais que defendiam tal idéia:

Em frente, pois, os abolicionistas ora em luz, em torno os quais se agruparam naturalmente todos os paladinos da emancipação [...]; em frente a falange libertadora, cujo chefe naturalmente será o autor da carta aos Epítetos, o novo Paulo, ver-se-ão os escravagistas, os retrógrados, os inimigos da luz e da liberdade, constituindo número tão crescido, que seus adversários precisarão recorrer até ao apoio moral do estrangeiro para levar a bom termo a cruzada contra a escravidão. De um lado o pequeno grupo dos abolicionistas recrutados em algumas classes; de outro o exército enorme dos escravagistas, composto da maioria da população do Império. (O BAEPENDIANO, 30 de maio de 1880. p.1).

Com ironia o *Baependiano* avaliava ser este um quadro fantasioso e considerava a visão abolicionista simplista e maniqueísta, pois os mesmos se colocavam como paladinos da justiça contra uma nação de escravocratas. A folha de Baependi discordava desta argumentação e alegava o oposto, nem todos aqueles que não eram abolicionistas, necessariamente eram escravocratas. Reconhecia a necessidade de por fim à escravidão, mas de uma forma gradual, considerando o abolicionismo imediato como uma medida radical que provocaria graves conseqüências sociais. Afirma que a população brasileira era contra a odiosa instituição escravista, mas que uma herança de séculos não poderia ser mudada do dia para noite, era preciso cautela.

Assim a folha de Baependi, representando toda classe proprietária, repelia o labéu de escravagista sistemático e convicto. Em nome do povo brasileiro e da “dignidade nacional” negava que o Brasil fosse uma nação amiga e patrona de tal instituição. Afirmava que todo brasileiro deplorava a “triste herança” da escravidão e que desejava o seu fim, no entanto sofismava: “Aceita-se, ou melhor, tolera-se o fato porque é o fato” (O BAEPENDIANO, 30 de maio de 1880. p.1). E desta forma lacônica encerrava qualquer argumentação a favor da Abolição imediata.

De acordo com o discurso do jornal quase toda a população brasileira era contrária à escravidão e a folha se posicionava ao lado desta imensa maioria e em nome de sua dignidade combatia os assomos abolicionistas. No mesmo artigo Amaro Nogueira apresenta nova argumentação que justificava o prolongamento do regime escravo no país. Pois alegava que o escravismo no Brasil não era um regime tão violento e insuportável se comparado com o passado escravista dos Estados

7. Durante o ano de 1878 o *Baependiano* teve sua circulação suspensa por alguns meses, mas voltou a circular regularmente no início de 1879.

8. Bressane e Werneck se tornariam prefeitos de Belo Horizonte, Werneck com um curto mandato em 1898 e Bressane de 1902 a 1905. Enquanto Delfino se elegeu senador para o mandato entre 1896 a 1906 e Deputado Federal nos mandatos de 1894-1896 e 1912-1917.

Unidos e com a situação do proletariado na Europa contemporânea, a condição do escravo no Brasil ainda era vantajosa:

Sempre melhor pensado e menos desprezado entre nós que nos Estado Unidos e colônias européias, tem o escravo melhorado cada vez mais de condição [...].

Acrescentaríamos que dentre os senhores, uns – e esses formam a maioria – consideram os escravos como pessoas da família, pensam-no, senão com amor, com humanidade, principalmente nas moléstias, quando em geral são objeto de mais desvelos que as pessoas da classe pobre; a que o liberto pertenceria amanhã; outros – e esses em honra do caráter nacional o declaramos, formam a minoria – esses menos humanos ou polidos não deixam, contudo de zelar do escravo, ao menos – é duro dizê-lo -, como mercadoria, como qualquer outro objeto de sua propriedade.

Volvendo depois os olhos para essa Europa [...] veríamos o proletariado a debater-se nas ânsias da fome e das privações, no meio da abundância promovida por uma indústria adiantada [...] lívidos que habitam as vielas de Londres e das outras capitais do velho mundo a incubar a revolução contra a tirania do capital e uma ordem social que a mantém, a espera do dia da subversão total, já anunciada pela *Communa*, pelas contínuas greves de operários, e preparado pela *Internacional*, pelo *Nihilismo* e outras sociedade secretas. (O BAEPENDIANO, 30 de maio de 1880 p.1).

Neste trecho ficam nítidas duas questões presentes na mentalidade da elite proprietária do período, primeiramente a necessidade de tratar com benevolência o escravo para evitar revolta. O escravo nacional era apresentado como membro da família do senhor e assim sendo a paz reinava nas lavouras. Por esta senda viria a concluir em 1888: “era entre nós a escravidão, antes uma instituição familiar que outra coisa, muito diferente do que ela foi em outros países” (O BAEPENDIANO, 20 de maio de 1888. p.1). Portanto, para este grupo de proprietários a escravidão no Brasil caracterizava-se como um regime distinto de qualquer outro país, pois aqui prevaleciam a cordialidade e o tratamento respeitoso entre senhor e escravo. Esta condição excepcional do caso brasileiro, de acordo com os liberais de Baependi, permitia a manutenção do regime escravista por mais algum tempo até sua extinção natural.

Outro aspecto a ser ressaltado no artigo acima é quanto ao risco da organização do trabalho livre se aproximar do modelo europeu, no qual idéias socialistas ameaçavam a propriedade e a ordem nacional. Acreditavam que o estado de privação, imposto à considerável parcela da população nacional, alimentaria as idéias de revolução e reviravoltas sociais, portanto fazia-se necessário um decisivo encaminhamento das questões do trabalho para não ameaçar o *status quo* imperial.

Para o *Baependiano* o escravo estava em melhores condições que o proletariado europeu, pois “o escravo tem, ao menos, em segurança o que lhe falta em dignidade e pode, ao contrário do proletário, encarar sem empalidecer o dia de amanhã”. Mas reconhecia que esta situação não era a ideal e assinalava a necessidade de algumas mudanças. A condição do escravo era apresentada como má fisicamente e péssima sob o aspecto moral devido à privação da liberdade a que os cativos estavam sujeitos. O periódico reconhecia que a escravidão era um mal, mas se questionava, como fazer esse mal desaparecer. Preocupava-se, sobretudo, com o modo de extinguir a escravidão no país sem gerar a desordem e salientava que neste aspecto se dividiam as opiniões no país, de um lado os emancipacionistas, serenos e justos, e de outro a anarquia abolicionista (*O Baependiano*, 30 de maio de 1880 p.1).

O periódico deixava clara sua posição contra a escravidão, mas admitia que a questão inspirava cautela. Ao longo da década de 1880 continuou sua campanha contra o abolicionismo e a favor da emancipação lenta e gradual, combatendo o discurso abolicionista considerado exagerado, imprudente, incompleto e contrário à razão:

O que querem eles? [os abolicionistas] De que maneira levam sua propaganda?

Interessam-me – isto é belo e nobre – por infelizes que sofrem em uma terra opulenta dos dons da natureza, e querem melhorar sua sorte. Repetimos, isto é belo e nobre, digamos mais, é cristão.

Há no país indivíduos privados de um dos mais sagrados direitos do homem, da liberdade, querem restituir-lhes esses direitos, querem emancipar os escravos.

Mas como? Por que meios? Ou, antes, ainda nada se fez no Brasil por esses infelizes e a tarefa vai agora começar? Se fordes a destruir com muita violência o mal, não podeis imprimir ao corpo social um abalo que produza piores resultados que o mal? (O BAEPENDIANO, 12 de junho de 1886. p. 1).

Para o *Baependiano* e todos os emancipacionistas a causa da liberdade era justa, mas discordavam dos abolicionistas na forma de fazê-la, questionavam-se e não viam melhor resposta para a questão do que o tempo, pois a Abolição imediata seria inconseqüente e produziria grave crise social. Antes de tomar medida semelhante era necessário educar o trabalhador nacional, elemento vadio que deveria ser disciplinado e inserido no mercado de trabalho, enquanto a vadiagem era tida como “infecção terrível” que deprimia e solapava a moral e o direito da sociedade:

A solução para a questão do trabalho imbricava com o ensino. O periódico assinalava a premência de educar o trabalhador nacional tanto para a economia como para a política. De acordo com a opinião do *Baependiano* o nacional era carrasco e vítima da ociosidade e por tanto se tornava elemento central na solução do problema. Amaro Nogueira temia o ócio, pois este somado a fome e ao frio, que também assolavam a população brasileira, levavam-na a prática da “ladroagem e do assassinato” (O BAEPENDIANO, 23 de abril de 1879. p. 3.).

Para tais males a imigração estrangeira foi aventada como grande solução. Em diferentes momentos a introdução de imigrantes foi apresentada como principal saída da crise, pois resolveria os problemas de todas as “esferas da atividade social” e se constituiria em nova arma contra a campanha abolicionista. Por algum tempo a imigração foi defendida como solução única pelo *Baependiano* para minorar a falta de braços para a lavoura. O trabalhador europeu era visto como um elemento étnico que traria aprimoramentos para a raça nacional e, pelos hábitos do trabalho regular, estimularia a concorrência melhorando os milhares de braços nacionais, repelindo o estado de barbárie em que viviam (O BAEPENDIANO, 05 de julho de 1885. p.2.).

No que tange à imigração a província de São Paulo surgia como grande exemplo a ser copiado:

O exemplo dos paulistas deve despertar nobre estímulo em nós mineiros, que devemos sair de nossa apatia em matéria de imigração e, por meio dos poderes provinciais ou da iniciativa particular, cuidar, enfim, de atrair para nós parte da imigração ariana que com razão volve os olhos para a América do Sul [...].

Minas oferece condições iguais, senão superiores as de S. Paulo [...]. A província de S. Paulo esta posta neste caminho com previdência que lhe encalça o merecimento da iniciativa. É exemplo para imitar! (O BAEPENDIANO, 17 de abril de 1887. p.1.).

Com o tempo novas medidas eram incorporadas ao discurso imigrantista de Amaro Nogueira para solucionar o problema da mão-de-obra, como o aproveitamento do abundante braço nacional. Para discutir tais questões constituiu-se o *Club da Lavoura*, organização de alguns fazendeiros interessados em arranjar e encaminhar o suave término do escravismo na região:

O problema da emancipação dos escravos encaminhar-se-á suavemente a sua solução com uma grande corrente de imigrantes, mas não entendemos que só o problema da emancipação deve ser resolvido somente pelo da imigração, e sim também pelo aproveitamento dos milhões de braços existentes no país – os agregados, os libertos e os indígenas.

Os libertos, pela execução da sábia disposição da lei de 28 de setembro, que os coloca sob a vigilância dos juizes de órfãos e os obriga a apresentar contrato de locação de serviços.

Os agregados, por lei de trabalho, pelo melhoramento da de locação de serviços, e pela adaptação, por parte dos fazendeiros, de um sistema de arrendamentos ou de parceria, em condições razoáveis.

Aqueles e estes, pela difusão da instrução que é também o melhor meio para empregar o aproveitamento do indígena . [...]

Como medida indispensável a ser tomada concorrentemente pelos poderes do Estado, notamos a organização de uma boa polícia, que não existe no país, e, para preencher bem os seus fins, deve ser paga e independente da política.

A imigração contribuiria grandemente, é verdade, para tornar efetivas estas medidas relativas aos trabalhadores nacionais, estimulando-os pelos exemplos e pela concorrência dos trabalhadores estrangeiros, seria um grande auxílio para a solução do problema. (O BAEPENDIANO, 05 de junho de 1884. p. 2)

De acordo com o *Club da Lavoura* a cada segmento dos nacionais cabia um diferente posicionamento do Estado para “recuperá-los”. Assim, o liberto deveria ser colocado no mercado de trabalho e vigiado por juizes, o agregado readaptado à fazenda por meio do arrendamento ou de parcerias, o indígena aproveitado e catequizado. Todos deveriam ser disciplinados, educados e ficar sob a vigilância constantemente de uma polícia eficiente. Por último, o imigrante contribuiria com o bom exemplo de dedicação e estímulo ao trabalho.

Quanto à preferência do tipo de trabalhador a ser introduzido em Núcleos Coloniais, Amaro Nogueira menciona que a experiência e o costume dos nacionais nas terras da região conferiam vantagens a estes, mas reconhecia a superioridade das raças estrangeiras e por isso também deveriam ser utilizados. Portanto, o modelo mais justo e correto seria o das colônias mistas, pois os nacionais muito já tinham feito pelo país e para serem mais bem aproveitados cabia ao Estado oferecer vantagens como as que vinham sendo concedidas aos estrangeiros.

Segundo a visão do *Baependiano* a constituição do nacional era vantajosa, pois ele se encontrava adaptado ao meio em que vivia e estava ciente de todas as intempéries do clima nacional, além de dominar todas as práticas agrícolas. Enquanto o estrangeiro chegaria como “um elemento de aperfeiçoamento da raça” (O BAEPENDIANO, 10 de agosto de 1879. pp.1-2.), este traria consigo a preciosa civilização e sob os aspectos material, intelectual e moral era preferido ao trabalhador nacional. Portanto, a conciliação de estrangeiros e nacionais em uma única colônia passou a ser arquitetada como sistema favorito e também mais justo, por não descartar a experimentada mão-de-obra nacional que tanto já fizera pelo país, “carregando o ônus público” há muito tempo. Amaro Nogueira, convicto imigrantista, reconhecia que até então muito tinha sido feito pelos estrangeiros e agora era preciso fazer o mesmo pelos nacionais pobres. Assim, o estrangeiro aperfeiçoaria a raça brasileira e serviria de exemplo ao nacional que não seria mais de todo descartado, pois sua experiência também contribuiria para levar a ordem e o progresso ao país, de acordo com o discurso positivista da época.

Mas com a Abolição, consolidada em maio de 1888, não sobrou alternativas ao *Baependiano* senão mostrar-se satisfeito com relação a alguns aspectos da Lei Áurea, como a ausência de conflitos no processo e a libertação de mais de 600.000 cativos.

Nesta data gloriosa, que assinala um dos grandes atos de nossa vida de nação [...] a lei redentora que restitui ao direito comum fração considerável da população do Império, até então dele excluída, e a faz participar dessa liberdade de que goza a maioria da população [...].

Justo regozijo, na verdade, porque este fato, cujas glórias cabem a toda nação, que para ele concorreu, eleva-nos e notabilita-nos [sic] na consideração do mundo. (O BAEPENDIANO, 30 de maio de 1888. p.1).

Atropelados por uma pedra: discursos pela indenização aos proprietários

Terminada a questão da Abolição iniciou-se nova contenda. Depois do “justo regozijo” que a Lei Áurea proporcionou à população, o *Baependiano* chamava a mesma à reflexão. Afirmava ser necessário discutir ações que já deveriam ter sido tomadas pelo governo antes da Abolição, mas que, no entanto, permaneciam intocadas no país. O periódico se referia às medidas que melhorariam a vida da “classe pobre”, já que os ex-escravos passariam a compor esta classe. A discussão deste tema, por sua vez, envolvia algumas outras questões, quais eram: a educação pública, as leis do trabalho e a reorganização policial.

No entanto, o posicionamento do periódico diante de todos esses temas tocava sempre no mesmo obstáculo: a necessidade de se indenizar os antigos proprietários. A folha entrou em renhida disputa pelo direito dos proprietários de escravos serem ressarcidos pelo governo, resultando na publicação de vários artigos publicados ao longo dos meses de maio e junho de 1888.

O teor destes artigos partia do reconhecimento da necessidade do fim do escravismo, passando pelos riscos econômicos e sociais que uma abolição imediata e intransigente acarretava para o país, e da necessidade de indenizar os proprietários, classe injustamente espoliada com a promulgação da Lei Áurea.

Desejamo-la [abolição] como todos, ou quase todos os brasileiros, éramos do número dos que a queriam com menor abalo possível para nosso organismo social e econômico, sobretudo, a queríamos sem ofensa das leis [...].

A emancipação para nós era, segundo a imagem estafada, mas apropriada, a pedra que começara a rolar da montanha e que continuaria no seu caminho a despeito de tudo por força das leis naturais, que aqui eram, digamos, a consciência nacional.

Foi ela, é sempre bom recordá-lo, que fez a grande obra, e é a nação que cabem as glórias do feito, e não alguns agitadores, que poderiam fazer alguma coisa, que poderiam mesmo fazer muito, mas não poderiam conseguir tudo. (O BAEPENDIANO, 07 de junho de 1889. p.1).

Mesmo após a Abolição concluída o periódico lembrava o seu ponto de vista: defendera a emancipação com o menor abalo social e econômico possível e não aprovara a maneira como a Lei Áurea fora elaborada e promulgada, considerando-a prematura. A tese emancipacionista não fora esquecida, pois, segundo a folha, representava a consciência nacional que aos poucos iria se desenvolver, tornando desnecessária qualquer antecipação do Estado. Por último faz questão de ressaltar que a vitória fora de toda nação, recusando-se a reconhecer vitória a seus rivais abolicionistas, simples “agitadores”.

O descontentamento com a Abolição sem indenização, segundo a visão do *Baependiano*, culminaria em um movimento de despertar dos fazendeiros, agora unidos, que poderia abalar as bases do Império. Este é o principal mote do artigo “O Despertar”, de 16 de junho de 1888. Publicado ainda no alarido dos acontecimentos:

Cremos também interpretar a opinião geral do país, dizendo que a emancipação, não se deveria fazer sem indenização aos ex-senhores, pois propriedade legítima ou não, sob o ponto de vista do direito natural, o escravo era entre nós uma propriedade legal, reconhecida pelo Estado, que não só a taxava, permitia sua transmissão por meio de instrumentos e ofícios públicos.

[...] A nação brasileira para praticar o belo ato que praticou e que tanto a enobrece, não precisava espoliar, umas províncias em benefício de outras, alguns particulares em benefício da comunidade.

Os poderes públicos, procedendo desta forma faltaram às tradições de honestidade e cumprimento de seus compromissos, de que nossos governos têm feito sempre. (O BAEPENDIANO, 16 de junho de 1888. pp.1-2).

Portanto, o periódico considerou a Abolição um atentado contra a propriedade privada pelo próprio governo. A promulgação da lei feria algumas províncias e prejudicava os proprietários. O *Baependiano* refutava o argumento contra indenização que dizia que a sociedade (incluindo não proprietários) não deveria pagar por usufruto de poucos. Portanto, segundo Amaro Nogueira, escravocratas não eram apenas os ex-senhores, mas toda a nação, que se beneficiou com o trabalho cativo durante muito tempo, e com a abolição os proprietários mereceriam uma justa indenização.

Sustentam que as vítimas do 13 de maio à devem ser indenizadas, basta-nos fazer notar que não participavam do trabalho escravo somente os que usufruíam diretamente – os senhores, e sim também todos os demais habitantes do império, não fazendo às vezes os senhores os mais bem aquinhoados da partilha [...]. Segue-se que empregados públicos, escritores, negociantes e demais classes das referidas províncias [cafeeiras] e das outras, que toda a nação enfim, participava do trabalho escravo, e que por isso toda comunidade brasileira deve suportar o ônus da indenização, que de uma forma ou de outra, deve ser concedida aos espoliados [...].

Os lavradores, a grande classe da nação, a parte a cuja quase revelia se decidiu o passo, desperta de seu torpor, deixam o isolamento de suas fazendas e congregam-se para concertar sobre a coisa pública. (O BAEPENDIANO, 16 de junho de 1888. pp.1-2).

Com base nesta argumentação o *Baependiano* insistia na indenização aos fazendeiros, pois a Abolição teria sido feita à revelia deste grupo que se viu diretamente prejudicado em detrimento de outras áreas em que o trabalho escravo não era mais utilizado. Cabia à parte prejudicada despertar diante da injustiça.

No entanto, a partir de novembro de 1888, o periódico *O Baependiano* deixa de circular regularmente, alegando motivos de saúde e depois da morte de sua mãe, Amaro Carlos Nogueira só volta a editar o jornal em abriu de 1889, mas com números espaçados, sem a antiga pontualidade semanal. A folha se torna mais enxuta e até lânguida, deixa de abordar temas políticos com a mesma frequência de antes, mas quando os aborda é de maneira muito mais virulenta, diferente da ponderação que conseguia manter diante dos diferentes assuntos. Em seu último número, em 17 de novembro de 1889, anunciou a queda do Império sob o título de “*Revolução*”. Mas a despedida do periódico teria sido na primeira edição de 1889, quando Amaro Nogueira faz suas últimas críticas à Abolição e comenta a sua situação pessoal e a de seus leais leitores, os fazendeiros e lavradores:

Para quem escreve estas linhas, o ano de 1888 foi verdadeiramente bissexto, pelo calendário e pela sorte que lhe trouxe, o que terá acontecido a muitos de seus leitores, que, de comum com ele, tiveram a sorte de que lhes fez a lei notável, que, para ser coberta só de bênçãos, e não também de algumas maldições, como infelizmente foi, bastava que os legisladores, ao confecciona-la tivessem mais em vista a observância da fé pública, e, sem demora, a acompanhassem das providências que ela reclamava. Assim não aconteceu, e foi má a sorte da nobre classe, a que pertence o escritor por seu nascimento e pelos melhores de suas modestas posses e também faz parte a maioria dos leitores desta folha. O que a todos nos reserva o novo ano?...” (O BAEPENDIANO. 21 de abril de 1889. p.1).

Os Republicanos Evolucionistas da *Gazeta Sul-Mineira*

A *Gazeta Sul-Mineira*, periódico republicano e abolicionista, tinha por hábito dirigir-se diretamente a seus interlocutores, e assim percebemos a quem a folha pretendia atingir, seu único alvo eram os fazendeiros do Sul de Minas. Seus redatores, Thomaz Delfino e Américo Werneck, e seu proprietário e gerente, Francisco Bressane, eram fazendeiros que tiveram relativa ascensão política com a queda do Império⁸ e tentaram constantemente assumir posição de liderança diante dos seus leitores proprietários.

O escritório sede da *Gazeta* estava localizado em São Gonçalo do Sapucaí. A circulação da folha perdurou de 30 de agosto de 1885 a 06 de junho de 1888, embora não contemple um período tão longo quanto o *Baependiano*, compreende o auge da crise no mundo do trabalho e a conseqüente Abolição da escravatura. Mesmo com esta curta duração foi possível observar alterações profundas na posição do periódico e do grupo por ele representado quanto à transição da mão-de-obra.

A *Gazeta Sul-Mineira* fazia oposição a quase todas as políticas do Império e afirmava que a constante troca no poder entre liberais e conservadores era estratégia do Imperador para manter o trono livre de críticas. Considerava-se um órgão moderno e avesso tanto aos liberais como aos conservadores, tidos como antiquados: “Tanto faz se liberal ou conservador, todos são gastos e surrados, [...]. Tal situação se repetirá até que um último e formidável pontapé popular ponha toda essa vergonha monárquica longe da terra brasileira.” (GAZETA SUL-MINEIRA, 30 de agosto de 1885. p.1).

A *Gazeta Sul-Mineira* era dirigida por um grupo que se auto-intitulava *Republicanos Evolucionistas* e para fazer parte desta facção exigiam-se alguns atributos. Os principais aspectos e idéias dos republicanos evolucionistas, segundo a visão dos próprios, são apresentados no artigo “Republicanos Evolucionistas”, de 04 de outubro de 1885. Vejamos estes aspectos para em seguida nos determos ao seu posicionamento quanto às mudanças no mundo do trabalho.

O primeiro alvo dos republicanos evolucionistas eram personalidades republicanas que assumissem qualquer cargo ou função no Império, pois isto era visto como ato de covardia e interesse político. A principal característica que habilitava um republicano evolucionista era o seu desprendimento, verdadeiros mártires patriotas, abriam mão de seu futuro político pela bandeira republicana. Esta idéia é repetida constantemente no periódico.

No âmbito nacional tinham grande admiração por figuras como Campos Salles, Prudente de Moraes, Assis Brasil e outros republicanos históricos. Eram vinculados artigos sobre estas personalidades nos quais os editores não poupavam elogios a tais personagens. Em um exemplo, de 06 de setembro de 1885, Prudente de Moraes era apresentado como futuro Presidente da República e os editores enalteciam seu caráter “uma figura republicana, séria, enérgica, firme, ativa, convicta, bondosa, regular, democraticamente bela e nobre”. Enquanto “imperador é... inversão de tudo!”. (GAZETA SUL-MINEIRA, 06 de setembro de 1885.p.2). Também era de praxe a vinculação de artigos assinados por estas lideranças nacionais no jornal, a maioria deles fazendo propaganda republicana.

Acreditavam que o movimento republicano evolucionista deveria fazer a ascensão republicana, doutrinar o povo, combater e enfraquecer a monarquia e trabalhar pela democracia. Também se chamavam de “Republicanos Intransigentes”, por sua ânsia e peleja incessante para atingir a democracia. Confiavam fazer uma evolução “prática, sistemática, real e contínua” (GAZETA SUL-MINEIRA, 04 de outubro de 1885.p.1.) na sociedade brasileira.

Visto quem eram os Republicanos Evolucionistas, sua ideologia política, aliados e opositores, analisaremos seu posicionamento diante das questões do trabalho.

Visão do trabalho

Dois momentos com grande diferença de posicionamento marcam a posição da *Gazeta Sul-Mineira* quanto ao trabalho, apesar do curto período de análise. Em um primeiro momento o nacional era visto como elemento desordeiro e causador do atraso do país, enquanto o trabalhador imigrante viria como grande solução para os problemas da mão-de-obra. Em um segundo momento o nacional é resgatado e algumas ressalvas são feitas à imigração européia. Essa transformação na opinião da

Gazeta é uma tentativa nítida de agradar o maior número de proprietários, classe que a folha acreditava “doutrinar” através dos discursos que vinculava.

A *Gazeta* também oscilou quanto à Abolição da escravatura imediata e uma emancipação rápida, com um curto período de adaptação para que os proprietários pudessem se organizar. Fato é que apesar de possuir um discurso radical, os editores da *Gazeta* eram grandes negociadores e à medida que artigos polêmicos eram publicados, seguiam-se artigos mais contidos, justificando as idéias anteriores e contemporizando as mesmas de acordo com as críticas recebidas.

1º Momento: Radical e Intransigente

Para os Republicanos Evolucionistas da *Gazeta Sul-Mineira* o trabalhador nacional era um desordeiro, embrutecido pela escravidão. Em suas páginas, semanalmente, se apresentavam notícias de valentões e vadios que desafiavam a ordem. Um exemplo foi o caso de Vicente Canhanga, um nacional do povoado de Santa Luzia, que “constantemente faz bravuras, provocando desordens e pondo a povoação em sobressalto”. Embora não exista a acusação de qualquer crime cometido por tais “desordeiros” os editores assinalavam que para manter a ordem a lei deveria ser respeitada, mas cabia principalmente aos fazendeiros, os “homens honestos” da sociedade, não consentirem que vivessem em suas fazendas e casas esses desordeiros, mesmo se agissem de forma regular dentro das mesmas. Cabia ao homem honesto “esmagar o germe dos bandidos e turbulentos” (GAZETA SUL-MINEIRA, 09 de maio de 1886, p.3.).

Por outro lado, a Abolição era anunciada como algo certo, conquista que não demoraria muito mais tempo, semanalmente estampavam-se notícias de seu avanço pelo Sul de Minas, narrando entregas de cartas de alforria seguidas de grandes comemorações, diferente de outros jornais da região que negaram a Abolição até sua véspera:

Por ocasião da entrega de três cartas de liberdade a escravos seus, fez o nosso distinto amigo Sr. Procópio de Azevedo, abastado fazendeiro deste município, uma brilhante festa em sua fazenda – Santa Clara. Nesta ocasião efetuaram-se nove casamentos de escravos desse nosso amigo, e foi servido lauto jantar a que concorreram perto de 200 escravos.

Assistiram a festa algumas pessoas grandes desta cidade e das freguezias vizinhas. [...]. (GAZETA SUL-MINEIRA, 11 de julho de 1886. p.3).

Nas folhas da *Gazeta Sul-Mineira*, sob o lema: “Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara” (GAZETA SUL-MINEIRA, 16 de maio de 1886. p.1.), as idéias republicanas e abolicionistas eram apresentadas com evidente associação. Para os republicanos evolucionistas os problemas da transição da mão-de-obra e da abolição seriam rapidamente resolvidos se o governo central conferisse plenos poderes às províncias para que cada uma decidisse o que lhe fosse melhor. No caso mineiro a *Gazeta* assinalava que deveria se dar a Abolição Imediata.

No artigo “A Abolição e o Sul de Minas”, de 21 de novembro de 1886, apesar de seu título, a abolição e o elemento servil são pouco citados, pois o mote do artigo é apregoar a imigração em grande escala para a região, enquanto são ressaltados exemplos de outras províncias que adotaram o sistema de introdução de imigrantes e estavam obtendo excelentes resultados. Enquanto no Sul de Minas, “onde a população escrava é enorme”, nada se fazia para suavizar os efeitos da “pavorosa crise”, conseqüente à abolição do elemento servil, cumpria ao governo provincial adquirir terras férteis próximas às estradas de ferro e dividi-las entre imigrantes, e precavia: “Não se iludam por mais tempo os proprietários de escravos, a abolição será dentro em breve um fato consumado” (GAZETA SUL-MINEIRA, 21 de novembro de 1886. p.1.).

Para este periódico as promessas imigrantistas soavam como fim do problema da mão-de-obra escrava e início de uma nova era de prosperidade. Com o trabalho imigrante o Sul de Minas

aumentaria sua produção e conheceria um farto desenvolvimento assim que medidas semelhantes às de outras províncias, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul, entrassem em execução na região, que ainda contava com características geográficas e naturais positivas para a obtenção de um resultado ainda mais profícuo.

Na mesma página, ao lado deste artigo (Abolição e o Sul de Minas), outro item também nos chamou atenção, um longo texto engrandecendo o trabalho perguntava aos seus leitores qual era a palavra de três sílabas que exprimia a honra, a independência e a glória. O artigo se intitulava “Trabalho” e nele o ato de trabalhar era dignificado, incentivado e engrandecido. Em suas linhas o trabalho era tido como responsável pela felicidade de todos os homens e capaz de transformá-los em excelentes cidadãos. O trabalho era descrito como aquele que afugenta a miséria e alegra o espírito, e o ócio considerado como “o germen de todos os vícios” (GAZETA SUL-MINEIRA, 21 de novembro de 1886. p.1.). O congraçamento dos temas Abolição e Trabalho lado a lado sugere o desenvolvimento do capitalismo na região, com um sistema em que o ato de trabalhar era mal visto e desprestigiado, se esgotando, e iniciando assim uma nova era na qual o trabalhador se torna o verdadeiro cidadão e homem honrado.

Mas a *Gazeta* continuou, por mais algum tempo, engrandecendo o trabalho imigrante em detrimento do escravo, sem se manifestar quanto ao aproveitamento do nacional, até aqui apresentado apenas como elemento desordeiro:

Lembramos a necessidade de se fundar, próximo à estrada do Rio Verde [Minas e Rio], pelo menos um núcleo colonial que sirva de exemplo fecundo aos nossos concidadãos, iniciando uma nova era de atividade industrial, e provando com fatos a diferença profunda, radical, enorme entre o trabalho estúpido do escravo e o trabalho inteligente do colono. O trabalho do primeiro é o de um homem revoltado, descontente com a sua sorte, inimigo da plantação, viciado desde a infância, indiferente aos interesses do proprietário.

O trabalho do segundo é o de um cidadão dignificado pela liberdade, alegre, satisfeito em sua vida laboriosa, cercado pela família, cheio de ambições nobres, educado nos centros industriais dos países adiantados, com mil aptidões diversas, sabendo tirar vantagem da terra e dos instrumentos agrícolas. Um é a rotina e o outro é o progresso [...].

A ação do governo tem de ser forçosamente limitada [...]; é principalmente a iniciativa dos proprietários de terras que esta ligado o grande problema da transformação do trabalho. (GAZETA SUL-MINEIRA, 28 de novembro de 1886. p.1).

A imagem do imigrante volta a ser a do “exemplo fecundo”, que colaboraria na transformação do nacional, e sua vinda era fundamental para que a mão-de-obra do país pudesse se adaptar aos novos tempos e se afastar do trabalho revoltado e descontente dos escravos. Assim as produções do Sul de Minas só ganhariam com a mão-de-obra estrangeira. No que tange a participação do governo, esta deveria ser limitada, cabendo aos proprietários tomar frente e atrair a corrente de imigrantes que a região carecia. Ponto de vista que os grandes fazendeiros não comungavam com a *Gazeta Sul Mineira* e a partir de então algumas transformações são observadas no discurso do periódico diante do afastamento dos proprietários.

A *Gazeta* desenvolveu verdadeira campanha pela imigração, empenhando-se em uma propaganda para convencer os fazendeiros das vantagens da utilização da mão-de-obra estrangeira, em detrimento da nacional. Anunciava ser possível conseguir o pagamento de passagens pelo governo, portanto, bastava o proprietário atrair da Europa o trabalhador “habilitadíssimo”, conforme seu tipo de cultura. A sociedade Central de Imigração, estabelecida na Corte, prestava “patrioticamente” os dados e conhecimentos precisos para empregar colonos estrangeiros. Assim a folha via os estrangeiros, em especial os italianos:

Existe no Piemonte, na Lombardia, e em geral no norte da Itália uma população laboriosíssima, e acostumada aos rudes trabalhos da agricultura. Inteligentes, honestos, sociáveis, enriquecidos de predicados que honram a pátria de Dante e Garibaldi, falando numa língua harmoniosa, parecida com a nossa. Tais são os homens que melhor se adaptam ao nosso clima, aos nossos hábitos e aos gêneros de cultura próprios do sul de Minas. Graças a eles, o brasileiro ficaria conhecendo o que ignora até hoje: os imensos recursos de nosso solo, que facilmente remunera o trabalho bem dirigido; graças a eles, a cultura da vinha, do trigo e do arroz, à que as nossas terras se prestam admiravelmente, tomarão decidido impulso.

Em uma palavra, amigos da Itália, a terra da arte, onde predominam as idéias nobres, o amor à liberdade, as aspirações da democracia, as tendências generosas do espírito humano [...]. Somos pela imigração italiana sem reservas, sem preconceitos, sem temor algum, seguros das imensas vantagens que colheria o Sul de Minas em todos os ramos da atividade social.

Que venha esse sangue novo, dez mil italianos pesarão mais na nossa balança comercial do que 100 mil trabalhadores nacionais, educados na indolência e no vício. (GAZETA SUL-MINEIRA, 28 de novembro de 1886. p.1).

A intenção do periódico é convencer os fazendeiros das vantagens da mão-de-obra italiana, “inteligentes, honestos e sociáveis” trariam grande benefício à região com a superioridade de seu trabalho e com a produção de novas culturas. Sequer a língua estrangeira seria um entrave para impossibilitar o sucesso da imigração. Portanto, para o periódico, a imigração e a conseqüente europeização consistiam em verdadeira via regenerativa, uma empreitada racialmente seletiva para melhorar a mão-de-obra no Sul de Minas e colocar fim ao período escravista. Esta argumentação consiste em verdadeira propaganda interna para convencer proprietários que, em sua grande maioria, se mostravam pouco interessados no oneroso sistema de introdução de imigrantes.

Por outro lado, a conclusão a que chega o artigo, extremamente desfavorável aos nacionais, não estava em acordo com o que se passava nas fazendas. A entrada de imigrantes ainda era pouco significativa na região, os proprietários se mantiveram obstinadamente no escravismo e quando este se mostrou sem futuro os fazendeiros tentaram manter os ex-escravos em suas terras. A *Gazeta Sul-Mineira* ainda não tinha tomado conta deste fato, mas seu posicionamento começa a mudar a partir da publicação do artigo “Colonização”, de 19 de dezembro de 1886, que, embora ainda insista na vinda de imigrantes, começa, ao menos, a justificar a inferioridade da mão-de-obra nacional, para em seguida recuperá-la:

Os nacionais, educados na escola da barbárie e embrutecidos no trabalho irracional, não têm o vigor necessário para repelir o desânimo, para arcar com a [?], uns, a maior parte talvez, entrega-se a mais completa inação, e outros, sem esperanças, voltam-se a um estado inglorioso [sic], o braço escravo vai sumindo sensivelmente, e é preciso que todos se convençam de que a um brado a escravidão desaparecerá imediatamente [...].

Tratemos de preparar terreno, tratemos de atrair os imigrantes, preparemos a pátria [...]. Precisamos de braços livres, precisamos de cidadãos inteligentes e laboriosos, que por meio do trabalho racional e de sistemas aperfeiçoados venham explorar e desenvolver as artes e a indústria, que a rotina e o preconceito tem aniquilado.

Desenvolvamos a propaganda da imigração, sigamos os passos das províncias de São Paulo, Rio Grande, Paraná e Santa Catarina. É mister nos convenceremos de que o progresso material do nosso país depende do trabalho livre, da colonização européias, do concurso desses homens laboriosos e adiantados, que virão trazer a disciplina e o bom exemplo de trabalho aos nossos patricios, que virão levantar do abatimento mais profundo este vasto Brasil envilecido pela instituição negra. (GAZETA SUL-MINEIRA, 19 de dezembro de 1886. p.1).

Embora ainda temesse pelo estado de atraso e apatia quanto à introdução de imigrantes e à indiferença do governo provincial que poderia custar caro à província e à região “tão rica em recursos”, a vinda de imigrantes era essencial para o desenvolvimento do Sul de Minas. Além de ajudar no incremento da agricultura, resgatava a mão-de-obra nacional da brutalidade e da irracionalidade. O nacional deveria ser disciplinado pelo exemplo do trabalhador europeu e juntamente com o estrangeiro construiria a prosperidade da região.

Recuperado o nacional, faltava a *Gazeta* explicar tamanho favorecimento ao trabalhador estrangeiro, que ainda não vinha para a região em grande número devido ao grande custo. Sua posição radical quanto à abolição imediata também começava a sofrer alterações:

Quem combate os grandes preconceitos a vencer na propaganda do trabalho livre, a imensa tática de que precisa usar o jornalista para tornar simpáticos certos princípios econômicos, que os proprietários agrícolas repelirão desde logo sem maior exame, se não se conseguisse prender o seu espírito a meditação; quem esta a par da [?] provinciana em assuntos de imigração, não estranha as preocupações, postas em jogo, para levar o espírito dos nossos proprietários a interessar-se por uma medida de que depende a salvação de suas fortunas [...]. [Grifo nosso].

É mister não negar toda a nobreza dos meus compatriotas, já acabranhados de tantas dificuldades, de tantos desgostos provenientes do atual estado da coisas. Cumpre distinguir entre um eito de escravos, trabalhando forçosamente, em constante revolta contra a tirania dos senhores, e um núcleo de homens livres que, sem constrangimento, trabalham para si, alugando voluntariamente os seus serviços a patrões, que procurarão trata-los bem, se não quiserem correr o risco de vê-los despedindo-se. (GAZETA SUL-MINEIRA, 26 de dezembro de 1886. p.1).

A *Gazeta* tomava uma postura defensiva, justificando a exacerbação com que descrevera a superioridade da mão-de-obra do estrangeiro devido sua missão de guiar os fazendeiros. Para convencê-los precisava lançar mãos de muitas “táticas de jornalista”, para salvar os interesses e “as fortunas” dos lavradores, pois estes obviamente nada sabiam devido à sua mentalidade “provinciana”. Portanto, cabia ao periódico levar aos “espíritos” dos proprietários as práticas mais modernas e salutares à grande lavoura, mesmo que para tanto precisasse exagerar nos atributos conferidos aos trabalhadores imigrantes para convencer a elite proprietária. Os editores fazem questão de mencionar a grande diferença entre um grupo de trabalhadores escravos e outro imigrante, acreditando que o segundo, muito mais satisfeito, desempenharia melhor suas atividades.

De acordo com a *Gazeta* a imigração estrangeira, embora onerosa, era a melhor saída para a crise da mão-de-obra. No entanto, a importação de trabalhadores estrangeiros desagradava os fazendeiros que a repeliam sem se quer examiná-la. Portanto era preciso ensinar-lhes a escolher qual a melhor mão-de-obra para momento de crise pelo qual passava a lavoura. Essa era uma das funções do partido republicano: devia “empenhar-se mais na educação política e na criação da consciência patriótica do povo” (GAZETA SUL-MINEIRA, 20 de março de 1887. p.1.). Tal postura denuncia o papel que o periódico acreditava possuir: o de conscientizar os fazendeiros e conduzi-los durante toda e qualquer escolha.

Na *Gazeta* também acompanhamos o caminhar da Abolição na região do Sul de Minas:

O movimento [aboliconista] generaliza-se, apoiado pelos cidadãos de todos os credos políticos. Neste mesmo distrito, na Campanha e em Três Pontas, a luta se trava renhida, principalmente nesta última cidade, onde proprietários mal inspirados pretendiam atentar o partido redentor, sem ver o abismo que cavam aos seus próprios pés. Deploramos a cegueira daqueles nossos concidadãos. Assumindo uma atitude odiosa contra os seus próprios interesses, que supõem salvaguardar, eles irão cercar de riscos a sua propriedade e a própria família.

[...] Concidadão [escravocrata], [...] a vossa causa é insustentável, é uma causa agonizante, é uma causa perdida. Em vez de esgotardes os vossos esforços em tentativas inúteis de reação, tratai de transformar o trabalho, entrai em relações diretas com as sociedades promotoras de imigração, e com diminuto dispêndio terei qualquer número de trabalhadores livres, que virão iniciar em vossas fazendas os processos adiantados de cultura. O abolicionismo, aparentemente prejudicial, vos está prestando um serviço enorme [...]. Lede, lede um pouco, acompanhai o movimento do século e não hesitarei em seguir os conselhos da prudência. (GAZETA SUL-MINEIRA, 21 de agosto de 1887. p.1).

Além de adiantar o fim certo do escravismo, dirigia-se aos escravocratas, quase paternalmente, mostrando-lhes que era chegada a hora de investir em outra mão-de-obra. Mencionavam também o risco que a classe proprietária correria se insistisse no regime escravo, não só um risco de perdas econômicas no contexto de mudanças, mas também ameaças de violência contra suas famílias, reproduzindo a idéia do medo de revoltas por parte dos escravos.

No entanto, até este momento, a posição da *Gazeta* ainda se mostrava confusa, oscilando entre diferentes vertentes quanto à questão do trabalho, posição que a maior parte dos periódicos da região já havia decidido. Ainda titubeante quanto a qual corrente abraçar, a publicação de 03 de abril de 1887 é ilustrativa da sua indecisão. Neste mesmo número o periódico vincula notícias de um escravo que assassinou seu senhor em Santa Rita do Sapucaí (GAZETA SUL-MINEIRA, 03 de abril de 1887. p. 3. “Assassinato”), de escravos que sofreram torturas de seus senhores desumanos em Itajubá (03/04/1887. p.3. “Maltrato de Escravo”) e comemorações de entrega de cartas de alforria em São Gonçalo do Sapucaí (03/04/1887. p.3. “Libertações”), todas essas notícias colocadas em uma única página, dispostas lado a lado.

Tal miscelânea de artigos não era comum entre os periódicos do Sul de Minas. Neste momento cada folha já tinha se posicionado quanto à transição da mão-de-obra e como a mesma deveria ser feita, a partir de então, só vinculavam artigos que pudessem corroborar com a posição escolhida. Mas a *Gazeta Sul-Mineira* demorou um pouco mais para se decidir.

2º Momento: A posição dos Republicanos Evolucionistas

A partir de outubro de 1887 a *Gazeta* muda radicalmente alguns de seus posicionamentos, o nacional, até então perseguido, passa a ser visto como o injustiçado que deveria ser aproveitado e a imigração, proclamada como a salvação da lavoura, passa a ser vista com ressalvas. A Abolição deveria ser feita, não mais de forma imediata como defendera anteriormente, mas respeitando um curto prazo para os fazendeiros se organizarem.

Em 23 de outubro de 1887 os editores da *Gazeta* demonstravam a “conveniência de aproveitarmos os braços válidos e experimentados que temos no trabalho das fazendas”. Afirmando que o temor de os nacionais se juntarem em bandos de desordeiros era injustificado:

Entendemos que as apreensões de que se acham dominados aqueles que acreditam que os escravos restituídos a liberdade – ainda mesmo pela generosidade dos senhores – não se sujeitarão ao trabalho, são destituídas de fundamento.

Os fatos têm provado que os libertos, salvo um ou outro caso isolado, longe de entregarem-se a ociosidade e aos vícios a que esta conduz o homem, têm, relativamente, sabido compreender a liberdade, pois vêmo-los [sic] por todo o país entregues ao trabalho, lutando pela vida e mais moralizados do que o eram quando escravos.

Não constituíram-se em quadrilhas ou deram em bandidos da pior espécie, como dizem muitos que eles se tornarão, se não forem votadas leis rigorosas que os obriguem ao trabalho.

Não somos contrários a tal medida, pelo contrário, achamo-la indispensável, mas entendemos também que a primeira das leis é a da necessidade, e o trabalho é uma necessidade para o homem. A liberdade virá trazer a esses infelizes embrutecidos no cativo a consciência dos seus direitos e dos seus deveres por meio da convivência social [...].

Todas as vezes que observamos, com certo constrangimento, o entusiasmo de muitos que pedem à província dinheiro para a aquisição de trabalhadores livres com o fim de substituírem os escravos, notamos quanto vai falseada a solução do problema da libertação dos cativos na sua complexidade e interessando a questão econômica da transformação dos fatores da riqueza rural. (GAZETA SUL-MINEIRA, 23 de outubro de 1887. p. 1).

Apesar de reabilitar o nacional a *Gazeta* não abria mão de uma legislação rígida, que garantiria a manutenção do nacional preso ao trabalho. Acreditava que o homem que estivesse habituado ao trabalho não se entregaria à ociosidade desde que lhe fosse preciso trabalhar para manter a subsistência própria e da família.

Neste novo posicionamento os republicanos evolucionistas criticam o discurso “pronto e fácil” de substituição do escravo pelo colono imigrante, prática onerosa que vinha empobrecendo os cofres das províncias para introdução de avultado número de imigrantes. Seus gastos passaram a ser incessantes e desnecessários. Ou seja, a imigração, até então defendida com muita convicção, agora era apontada como uma solução falseada e o entusiasmo dos imigrantistas era pouco justificado.

Mudança tão abrupta justifica-se pelas graves alterações que também ocorreram ao longo do ano de 1887. Em Minas as leis que possibilitavam a entrada de imigrantes com ajuda do governo provincial estavam em andamento, mas não conseguiram resultados, os cofres federais se encontravam fechados para tais políticas e em São Paulo a experiência imigrante começava a receber críticas devido ao seu alto custo e fracasso em experiências de parceria e colonato (Ver: COSTA, 1989).

Este contexto implicaria na mudança de posicionamento quanto ao braço nacional. Os editores do periódico estavam dominados pelo mau êxito da introdução de imigrantes e entenderam ser preciso não perder tantos braços válidos e experientes. Por último esta situação também afetava o discurso pela abolição imediata, pois a mesma, agora, deveria ser feita com respeito a um prazo mínimo para os proprietários se organizarem e prepararem suas lavouras para o trabalho livre.

A solução apontada pela *Gazeta* foi o aproveitamento do braço nacional, tema que o periódico começava a tratar semanalmente com a preocupação, que lhe é de praxe, de orientar, minuciosamente, os proprietários sobre como deveriam agir diante de cada tema, afim de “resguardar suas fortunas”. O aproveitamento do nacional também era questão polêmica e os proprietários deveriam seguir passo a passo as orientações da *Gazeta Sul-Mineira* para não enfrentarem problemas em suas fazendas no processo de substituição da mão-de-obra cativa pela livre:

Não nos cansemos de aconselhar aos proprietários agrícolas que se utilizem dos atuais trabalhadores concedendo-lhes a liberdade com a obrigação de prestarem serviço dentro de um prazo curto e procurem prende-lo e afeiçoá-lo ainda mais ao estabelecimento, por todos os modos que a experiência e a bondade lhes possam sugerir [...].

Convém proceder habilmente, afim de ganhar a maior estima e confiança dos atuais escravos transformados em trabalhadores livres. Os fatos afirmam que a transformação é possível [...].

Não devem, porém, esquecer que, na realidade, no regime atual mesmo, as coisas estão mudadas. É preferível portanto, ir adiante da lei e fazer hoje, por livre deliberação, aquilo a que serão obrigados amanhã. No primeiro caso há uma concessão generosa que desperta gratidão, ou pelo menos um reconhecimento qualquer, mas cheio de benevolência. No segundo aparece a idéia de uma obrigação imposta pela lei e, conseqüentemente, afirmando um direito que se adquire em virtude da interferência dos poderes públicos.

As duas posições são bem distintas e delas nascem relações bem diversa. **Só por isso** a primeira é preferível. (GAZETA SUL-MINEIRA, 23 de outubro de 1887. p. 1).

Com a libertação anunciada, era melhor para proprietários concedê-la a seus escravos e ganhar a confiança dos mesmos e, desta forma, prendê-los ao trabalho da fazenda pelo sentimento de gratidão ao senhor que o libertou, antes que qualquer lei os obrigasse a fazê-lo. O periódico afirmava que o proprietário deveria conquistar a confiança de seus escravos e persuadi-los a permanecer em suas fazendas como trabalhadores livres. Prática muito comum na região, que demonstra que depois da abolição o trabalho nas lavouras continuou sendo feito pelos ex-escravos. As recomendações acima eram reforçadas pelo exemplo da província de São Paulo:

As folhas de São Paulo trazem constantemente minuciosas notícias acerca da transformação do trabalho naquela prospera província, onde grande parte dos fazendeiros, compreendendo a necessidade de eliminação do trabalho servil tem dado liberdade condicional a seus escravos, por prazo curto, e procura por todos os meios – sem abalo para a lavoura – organizar o trabalho de acordo com as exigências do momento. (GAZETA SUL-MINEIRA, 23 de outubro de 1887. p. 1).

Como vimos, a *Gazeta Sul-Mineira* pretendia, constantemente, assumir o papel de líder na região, organizando os fazendeiros e instruindo-os sobre como fazer a substituição da mão-de-obra em suas fazendas e evitar abalos sociais e econômicos. Em novembro de 1886, por exemplo, tentou organizar uma reunião para tratar da troca da mão-de-obra, mas a mesma foi completamente desacreditada. Um ano mais tarde, quando um proprietário influente convocou reunião com o mesmo tema, a classe dos fazendeiros compareceu e deliberou sobre a libertação dos cativos na região antes de qualquer lei que os obrigasse, idéia que já era defendida pela *Gazeta Sul-Mineira* há algum tempo.

Nesta reunião, convocada pelo Sr. Coronel Francisco Machado de Rezende Alvim, no dia 15 de abril de 1888, na câmara municipal, os fazendeiros presentes deliberaram sobre a organização do trabalho livre e outras medidas necessárias à prosperidade do município, seguindo o exemplo de outras cidades do Sul de Minas que realizaram reuniões em datas bastante próximas. Todas elas chegaram ao mesmo resultado que a região de São Gonçalo do Sapucaí: a libertação dos escravos com respeito de um prazo de poucos meses para os fazendeiros se prepararem para a mesma.

Na ata da reunião os fazendeiros presentes se comprometiam a conceder liberdade imediata a todos os seus escravos até o dia 07 de setembro de 1888, não gozando, porém, deste favor, os escravos que fugissem, abandonando as fazendas ou seus senhores. Com isto, os fazendeiros tinham o objetivo claro de fixar os escravos nas fazendas. Desta forma era “resolvida à magna questão do elemento servil [...] sem convulsão perturbadora, sem sangue [...] entre as sublimes harmonias da liberdade e a divinal orquestra dos trabalhadores” (GAZETA SUL-MINEIRA, 19 de abril de 1888. pp. 2-3.).

Setenta e seis proprietários assinaram a ata da reunião, libertando um total de 625 escravos. No entanto, de acordo com estatísticas apresentadas pela própria *Gazeta*, entre 30 de março de 1886 e 30 de março de 1887 matricularam-se no município de São Gonçalo 2.254 escravos (*Gazeta Sul-Mineira*, 16 de outubro de 1887). Mesmo se considerarmos que durante a lacuna de seis meses que separam as duas notícias e que mais libertações podem ter ocorrido neste período, dificilmente todos os proprietários do município compareceram a reunião de 15 de abril de 1888 e concordaram em libertar seus escravos, demonstrando que as opiniões dos fazendeiros do Sul de Minas permaneciam divididas quanto à transição da mão-de-obra.

2.3: Conclusão:

A emancipação antecipada no município de São Gonçalo do Sapucaí e adjacências demonstram a preocupação do Sul de Minas em ver resolvido o problema da mão-de-obra e em dar continuidade a suas produções, principalmente a cafeeira, sem maiores abalos econômicos ou sociais, aproveitando a abundante mão-de-obra nacional presente em Minas. Por outro lado, vimos como as opiniões divergiram quanto à forma que a libertação dos cativos deveria tomar.

Neste artigo procuramos evidenciar duas das condutas mais freqüentes na região, primeiramente salientamos a visão dos emancipacionistas, com a análise do periódico *O Baependiano*. Em seguida avaliamos as opiniões abolicionistas da *Gazeta Sul-Mineira*. Pesava na tomada de posição de cada periódico e grupo por ele representado a posição política de cada folha, a primeira era liberal e a segunda republicana.

Apesar da grande diferença nos discursos e posicionamento político, percebemos que muitas semelhanças existiam entre os dois pontos de vista. Ambos retiravam de periódicos paulistas grande parte de seus artigos e transmitiam as idéias ali presentes para a região sul-mineira, frisando as especificidades desta, como o clima e as condições econômicas da região. Mas o exemplo paulista era constantemente debatido e tido como modelo a ser seguido por Minas Gerais em especial pela região.

Por esta senda, a imigração ganhou forças em ambas as posturas analisadas nos periódicos do Sul de Minas: as duas folhas defenderam uma imigração européia volumosa que contribuiria com o avanço da região. Mas o alto custo de tal empreitada e o desinteresse dos fazendeiros com a mesma levou os periódicos do Sul de Minas a reformularem seus discursos, revendo o papel do nacional, até então visto como indolente, desordeiro e incapaz de se adaptar ao trabalho organizado que as grandes propriedades exigiam.

Neste momento de ruptura e reorganização social, o trabalho passou a ser dignificado e, quem o realizasse, no caso mineiro o trabalhador nacional, era valorizado na sua condição de trabalhador experimentado e acostumado com a lavoura. O discurso referente ao trabalho teve de ser mudado para adaptar-se ao modelo capitalista que se expandia pelo interior mineiro, neste processo a desacreditada mão-de-obra nacional foi transformada em eficiente braço trabalhador.

Bibliografia

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.
- BOBBIO, Norberto et Alii. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1986.
- BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- BRÜGGER, Silvia M. Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei, séculos XVIII e XIX)*. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- MATTOSO, K. M. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 3º Ed, 1990.

- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo. Ática, 1991.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos de violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense.1988.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras. 2003.

Fontes

Gazeta Sul-Mineira, de 30 de agosto de 1885 a 06 de junho de 1888.

O Baependiano, 15 de julho de 1877 a 17 de novembro de 1889.